

Tatiane Oliveira Teles

P

LANEJAMENTO CRIATIVO e
SUSTENTABILIDADE SOCIAL

RESUMO

Este texto apresenta o paradigmático caso chamado Cantinho do Céu, em São Paulo, Brasil, que ilustra como extrapolar os conceitos de “Planejamento Criativo” e o pilar “social” de sustentabilidade, além das rasas práticas capitalistas habituais, levando a transformações de desenvolvimento sustentável. O projeto, iniciado em 2008, trata de uma ocupação precária, ilegalmente assentada em uma área ambientalmente protegida, resultado da expansão urbana não planejada e desorganizada da cidade. O estudo explica como foi possível o processo de superação de práticas de planejamento ortodoxas e restritivas, através de conhecimento interdisciplinar, ações coletivas, abordagem proativa e planejamento criativo, o que ajudou a reconhecer a existência de um assentamento consolidado como um tecido com potencial para construir um lugar onde os pilares social, ambiental e econômico trabalham juntos. Os debates e negociações entre atores de topo e de base foram indispensáveis, para materializar a convivência socioecológica, aumentando a interação social e o cuidado da comunidade com o meio ambiente, recuperando os atributos inter e intrageracional e buscando integrar o assentamento informal à cidade formal.

PALAVRAS-CHAVE

Sustentabilidade social. Planejamento criativo. Abordagem proativa. Multiníveis de governança.

PLANIFICACIÓN CREATIVA Y SOSTENIBILIDAD SOCIAL

CREATIVE PLANNING AND SOCIAL SUSTAINABILITY

RESUMEN

Este texto presenta el paradigmático caso llamado “Cantinho do Céu” (Rinconcito del Cielo), en São Paulo, Brasil, lo que ilustra el cómo extrapolar los conceptos de “Planificación Creativa” y el pilar “social” de sostenibilidad, además de las rasas prácticas capitalistas habituales, llevando a transformaciones del desarrollo sostenible. El proyecto, iniciado el 2008, trata de una ocupación precaria ilegalmente asentada en un área ambientalmente protegida, resultado de la expansión urbana no planificada y desorganizada de la ciudad. El estudio explica cómo fue posible el proceso de superación de prácticas de planificación ortodoxas y restrictivas, a través del conocimiento interdisciplinario, de *acciones colectivas*, enfoque proactivo y planificación creativa, lo que ayudó a reconocer la existencia de un asentamiento consolidado como un tejido con potencial para construir un lugar donde los pilares social, económico y ambiental trabajan juntos. Los debates y negociaciones entre actores de la cumbre y de la base fueron indispensables para materializar la convivencia socioecológica, aumentando la interacción social y la atención de la comunidad al medio ambiente, recuperando los atributos inter y intrageracional y buscando integrar el asentamiento informal a la ciudad formal.

PALABRAS CLAVE

Sostenibilidad social. Planificación creativa.
Enfoque proactivo. Multiniveles de gobernación.

ABSTRACT

This text presents the paradigmatic case called *Cantinho do Céu*, in Sao Paulo, Brazil, as an illustration of how extrapolating the concepts of “Creative Planning” and the “social” pillar of sustainability further than the shallow usual capitalistic practices can lead to sustainable development change. The project, which started in 2008, deals with a precarious settlement illegally seated in an environmental protection area, result of the unplanned and disorganized urban sprawl of the city. The study explains how the overcoming of orthodox and restrictive processes of planning practices was possible through interdisciplinary knowledge, collective actions, proactive approach and creative planning, which helped to recognize the existence of a consolidated settlement as a potential tissue to build up a place where social, environmental and economic pillars work together. The debates and negotiations between top and bottom players were essential to materialize the social-ecological coexistence, enhancing social interaction and the care of the community about the environment, recovering its inter and intra generational attributes and seeking to integrate the informal settlement into the formal city.

KEYWORDS

Social sustainability. Territorial planning.
Proactive approach. Multilevel governance.

INTRODUÇÃO

Historicamente, “criatividade” sempre guiou, ainda que de modo implícito, o processo de produção das cidades (LANDRY, BIANCHINI, 1995). Nas últimas décadas, entretanto, diversos pesquisadores acadêmicos (LANDRY, BIANCHINI, 1995; LANDRY, 2000; MICHALKO, 2001; HEALEY, 2004; ALBRECHTS, 2005; SORENSEN, TORFING, 2010; BORÉN, YOUNG, 2013) se interessaram por alcançar uma compreensão mais profunda de como “criatividade” pode ser gerada e de como, sendo parte da formulação de políticas, ela pode contribuir para um desenvolvimento urbano mais inclusivo e equilibrado.

Os recentes debates sobre “criatividade” como um dispositivo importante na política urbana são resultado de uma mudança gradual na conceituação – associada a estudos como os de Lewis Mumford¹ e Jane Jacobs² – de “cidade”, do espaço físico para “cidade”, e do espaço físico e seus efeitos psicológicos sobre as pessoas (LANDRY; BIANCHINI, 1995). Juntamente com esse processo, há uma crescente compreensão de que a complexidade urbana contemporânea exige alternativas flexíveis e críticas, ao invés de um pensamento imperativo e restrito (LANDRY, 2000; HEALEY, 2004; ALBRECHTS, 2005).

Patsy Healey (2004) afirma a importância da criatividade como parte das ideias de governança, mas também como parte de sua estrutura, por exemplo, com multiníveis de governança, cujos arranjos podem contribuir para encontrar formas novas de abordar problemas, enquanto o oposto – rígidas organizações dos governos³ – pode inibir inovações criativas (WORPOLE, GREENHAULGH, 1999; COOKE et al., 2000; LANDRY, 2000). Como muitos estudos de caso mostram, é mais fácil conceber políticas urbanas criativas em situações que não são bem sucedidas, em vez de aquelas onde tudo parece ser satisfatório, cujas ações são realizadas para a manutenção do estado existente (LANDRY, 2000).

De acordo com Albrechts (2005), o Planejamento deve confrontar os problemas cruciais com o uso da criatividade, respondendo, durante o processo de enfrentamento, às perguntas: “que lugar ele deveria ser?”, “como é o futuro comum que as pessoas gostariam de desfrutar neste ambiente?” e “como chegar lá?”. Isso tem a ver com questionar criticamente se a maneira tradicional, provavelmente resultado de um processo de continuidade temporal, é inquestionavelmente a melhor maneira de fazer as coisas, ou se é possível inventar um futuro mais apropriado e desejável, com aspectos qualitativos que faltam no presente.

Além de Albrechts (2005), autores como Michalko (2001) e Healey (2004) argumentam que é possível realçar a criatividade: através de análises críticas em relação a pensamentos e práticas institucionalizados, estando ciente de que padrões podem ser mudados, e através de técnicas que preveem várias combinações de ideias e imagens sobre possíveis futuros. Para evitar que a técnica de previsão se torne um processo banal, que não vai sair do papel, como afirma Borja e Castells (1997), a proposição de possíveis futuros deve ser baseada em sólidas análises das forças motrizes sociais, culturais, econômicas, ambientais e políticas, a fim de pensar sobre a melhor decisão do presente que possa responder adequadamente a possíveis e múltiplas consequências (ALBRECHTS, 2005, p. 255-256).

¹ MUMFORD, Lewis. *The city in history*. London: Secker and Warburg, 1961.

² JACOBS, Janes. *The death and life of great American cities*. London: Pelican Books, 1979.

³ “I use the term ‘governance’ to refer to collective action arrangements designed to achieve some general benefit, and government to refer to the formal organizations of the ‘public sector’”. (HEALEY, 2004)

Dado que criatividade e abordagens analíticas são ferramentas essenciais para a construção de futuros possíveis, o Planejamento Criativo não segue qualquer padrão estabelecido; em vez disso, ele assume especificidades contextuais de cada local. Neste sentido, o conceito de sustentabilidade surge como uma lente através da qual se pode olhar; um instrumento para pensar uma solução que considere os recursos naturais, a articulação qualitativa de crescimento econômico e, sobretudo, que desperte na sociedade a percepção de que não só tais conceitos, como diferentes grupos sociais são interdependentes (ALBRECHTS, 2005, p. 254-260).

Em primeiro lugar, o termo sustentabilidade e seus três pilares – economia, ecologia e social –, desde a origem de sua concepção, urge por entendimentos e práticas mais categóricas em relação aos desafios postos durante um momento de urbanização intensa e problemática. O que se vê é uma ordem ecocapitalista, que se apropria da natureza como uma mercadoria, a fim de aumentar o valor do ambiente construído. Esta ordem normalmente subordina ou mesmo negligencia o pilar social em relação ao pilar econômico, e nela a natureza é um investimento de capital diferenciado na competição espacial pelos lucros (SWYNGEDOUW, 2013). Como disse Parra (2013, p. 143), ainda é frequente uma retórica vazia sobre sustentabilidade, ao invés de um sólido programa que combine participação social diversificada, necessidades humanas, cuidados ambientais e desenvolvimento econômico.

As análises por meio do estudo de caso “Cantinho do Céu” procuram contribuir como um contraponto, entendendo que sustentabilidade exige muito mais que a mistura ocasional dos três pilares, sendo necessária uma relação mais equilibrada e favorável entre eles. Portanto é urgente uma abordagem mais precisa do termo social e a superação do ingênuo pensamento de que ele é o pilar mais fraco para a compreensão, quando ele é o dispositivo essencial para tornar factível o processo de sustentabilidade (HEALEY, 2007).

O “social”, originalmente conceituado em uma perspectiva global, e também, pode-se dizer, em perspectiva econômica, estava limitado a um conceito de distribuição equilibrada dos bens entre os hemisférios Norte e Sul. É verdade que, para sociedades com profunda exclusão social, é essencial pensar em uma melhor alocação de recursos, mas restringir o conceito social a uma distribuição material igualitária é mantê-lo refém da economia. No nível do solo, o exercício social tem a ver com cada prática diária, com interação que solidifica a identidade de uma determinada sociedade e, portanto, pode ser usado como uma ferramenta importante para materializar ações, a fim de preservar bens humanos e ambientais (PARRA, 2013, p. 142-144).

Apesar de todas as tentativas para conceituar melhor a dimensão social, ela continua emaranhada em seu significado inicial, de equidade macroeconômica no compartilhamento de recursos e condições materiais “[...] ao invés de se referir ao conteúdo ‘relacional’ do social e ao papel da sociedade e da governança em lidar com a difícil interação entre as dimensões socioeconômicas e ecológicas do desenvolvimento sustentável.”⁴ (PARRA, 2013, p. 143, tradução nossa).

A esse respeito, o pilar social precisa ser extrapolado para uma compreensão realmente social das relações humanas e da dinâmica da vida cotidiana, da mesma forma que é necessário extrapolar o pilar social do raso conceito de

⁴ “[...] rather than referring to the ‘relational’ content of the social and to the role of society and governance in dealing with the difficult interaction between the socio-economic and ecological dimensions of sustainable development.” (PARRA, 2013, p.143).

justiça e moral imperativa para a ênfase na igualdade de tomar as decisões de governo, por meio de processo participativo e de governança (SWYNGEDOUW, 2013).

Processo participativo significa a inclusão de diversas associações de cidadãos, não apenas de especialistas, de políticos e da elite da sociedade (atores que normalmente desempenham o papel-chave), mas também, e sobretudo, dos habitantes locais, porque “[...] valores e imagens não são gerados de forma isolada, mas são socialmente construídos e recebem significados e validade pelas tradições de crença e prática; eles são revistos, reconstruídos e inventados por meio da experiência coletiva.”⁵ (ALBRECHTS, 2005, p. 257, tradução nossa).

A busca por um processo mais democrático coloca-se, inevitavelmente, no confronto entre diferentes atores políticos, e no estabelecimento de uma plataforma de negociação, em que o conceito de inovação social, como novas formas de relações e participação social, une-se e suporta a positiva interação socioecológica (PARRA, 2013; MINA, 2013).

ESTUDO DE CASO CANTINHO DO CÉU. CONTEXTO HISTÓRICO

O título deste artigo “Planejamento criativo e sustentabilidade social” não tem qualquer pretensão de achar que o projeto “Cantinho do Céu” é um modelo supremo de planejamento sustentável, porque seu embrião foi gerado no mesmo propósito ecocapitalista, que contemplava a forte relação entre natureza e ganhos econômicos. Este texto pretende, entretanto, mostrar o árduo processo de superação de uma visão naturalizada da subordinação do social e ambiental à economia, e a compreensão de que é possível um planejamento alternativo e criativo, que, pela interação de vários atores, considera a tríade sob uma forma mais equilibrada, baseada em uma estrutura sólida, que permite seu benefício mútuo.

Iniciadas em 2008, em São Paulo, Brasil, as obras e decisões tomadas para o “Cantinho do Céu”⁶ são abordagens exemplares para os desafios colocados pela intensa urbanização da cidade, ocorrida nos últimos 50 anos, cuja expansão não planejada e desorganizada direcionou-se para as áreas periféricas, em geral, ambientalmente frágeis (MEYER; GROSTEIN; BIDERMAN, 2004, p. 45). Várias leis, principalmente a partir de 1970, foram promulgadas, com fortes restrições sobre o uso e ocupação de áreas de interesse ambiental, limitando a subdivisão da terra e o estabelecimento de infraestrutura. Entretanto essas leis, criadas no contexto de intensa urbanização e alta demanda por habitação, combinadas com a falta de supervisão por parte do governo, contribuíram fortemente para a desvalorização das terras de propriedade privada e, ao invés de proteger a área ambiental, provocaram sua degradação, resultado principalmente de assentamentos ilegais em várias áreas verdes da cidade de São Paulo (ALVIM, 2011; FRANÇA; Barda, 2012, p. 84-85).

Esse processo de expansão, realizado em oposição à legislação, mostra a convivência dos oficiais públicos e a inadequação das políticas públicas para resolver o problema. O projeto “Cantinho do Céu” lida com uma ocupação do final dos anos 1980, ilegalmente assentada em uma área ambientalmente

⁵ “[...] values and images are not generated in isolation but are socially constructed and given meaning and validated by the traditions of belief and practice; they are reviewed, reconstructed and invented through collective experience.” (ALBRECHTS, 2005, p. 257).

⁶ Parte de um conjunto maior de intervenções do Programa Mananciais, lideradas pelo Município de São Paulo. Projeto executivo de autoria do escritório Boldarini Arquitetura e Urbanismo.

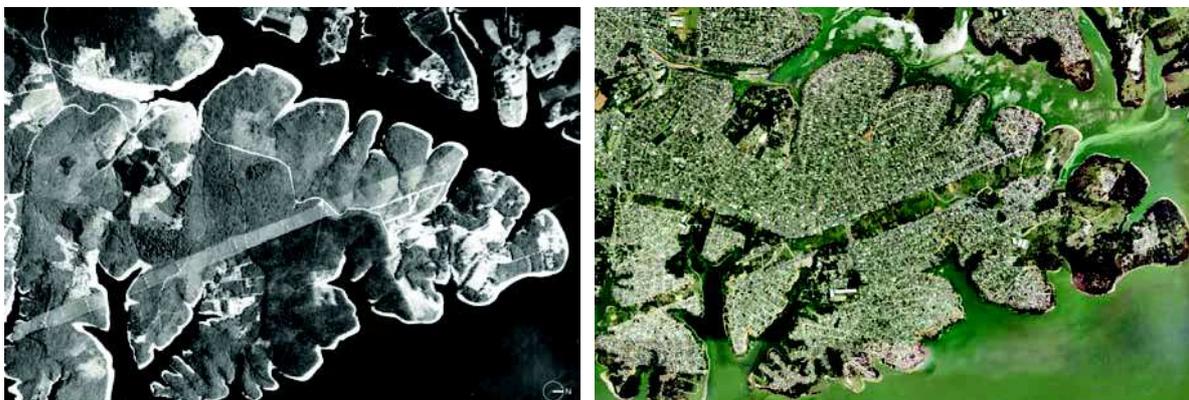


Figura 1: Península do Cocaia na Represa Billings, São Paulo, 1962 e 2010

Fonte: FRANÇA, Elisabete; BARDA, Marisa (Org.). *Entre o Céu e a Água: O Cantinho do Céu*. São Paulo: HABI – Superintendência de Habitação Popular, 2012, p. 79 e p.81

protegida, nas margens da Represa Billings, no extremo sul da cidade de São Paulo, a 33 km de seu centro (ALVIM, 2011).

Essa gleba é um dos exemplos do processo de expansão radiocêntrica, extensiva e precária, resultado da ineficiência da administração pública em responder aos fluxos migratórios para a Região Metropolitana de São Paulo, favorecido pela oferta de empregos nos setores industriais e de serviços. Na área do “Cantinho do Céu”, tal fato estimulou, entre 1950 e 1987, o progressivo desmatamento da Mata Atlântica, agravado após 1987, em consequência da subdivisão e venda ilegal de lotes para pessoas de baixa renda (fig. 1) (ALVIM, 2011).

O loteamento de aproximadamente 154,37 ha tinha sido desenvolvido sem qualquer suporte técnico, sem infraestrutura básica e com casas precariamente construídas, em áreas de risco de inundação e deslizamento, registrando, em 2010, cerca de 30 mil habitantes e 9.500 moradias (FRANÇA; BARDA, 2012, p. 106). Em 1997, foi promulgada a Lei de Proteção aos Mananciais, impondo a necessidade de diferenciar as especificidades das bacias hidrográficas. Para cada uma delas, a Lei exigia diferentes formulações de uso e ocupação do solo, a fim de responder às necessidades locais de desenvolvimento ambiental e urbano; “[...] a partir de então, abriu-se uma nova perspectiva para a recuperação da degradação ambiental dessas regiões.” (ALVIM, 2011).

No mesmo ano, foi regulamentado o Plano Emergencial que permitia a implantação de infraestrutura, pela prefeitura e por organismos públicos (POLLI, 2010, p. 199). Após diversas reivindicações por parte dos habitantes locais, foi provida infraestrutura progressiva, mas insuficiente, tal como abastecimento de água, sistema de esgoto, rede elétrica e, em 1998, alguns dos habitantes adquiriram a posse da terra. Em 2006, o Ministério Público, apoiado nas leis da década de 70, solicitou um planejamento acrítico, que tinha como objetivo remover todas as famílias da área, como medida única para a sua recuperação ambiental, dado que a ocupação estava em Área de Preservação Permanente (FRANÇA; BARDA, 2012, p. 102).

⁷ “[...] centered on the elaboration of a mutually beneficial dialectic between top-down structural policies and bottom-up local uniqueness” (ALBRECHTS, 2005, p. 258).

GOVERNANÇA, VISIONAMENTO E CRIATIVIDADE

A fim de resolver tais conflitos ambientais, sociais e econômicos, era necessário reestruturar a interação e o diálogo entre os diversos atores, “[...] centrado na elaboração de uma dialética mutuamente benéfica entre as políticas estruturais de topo e de base e na singularidade local, de baixo para cima”⁷ (ALBRECHTS de 2005, p. 258, tradução nossa), compondo multiníveis de governança, que envolvem a sociedade civil, Governos Federal, Estadual e Municipal e seus diferentes departamentos: Secretarias da Habitação, Educação, do Verde e do Meio Ambiente, do Saneamento e de Energia, além da Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (Sabesp) (FRANÇA; BARDA, 2012).

O conhecimento interdisciplinar foi indispensável para a análise crítica do contexto, tão problemático e específico, em busca de uma visão convergente e de coesão estratégica, com o intuito de alcançar o desenvolvimento sustentável. Foi reconhecida a necessidade de superar as práticas burocráticas, a que o planejamento brasileiro tinha se submetido nas últimas décadas, cuja medida ideal era a reprodução da configuração “formal” do tecido, independente de contextos reais (BOLDARINI; CANUTTI, 2013).

O assentamento precário nas bordas da Represa foi tratado como uma opção para atenuar o déficit habitacional da cidade, por meio de visões inovadoras e da qualificação do espaço construído. Após os impasses entre preservação e habitação, agravados com a ação pública em 2006, a Secretaria de Habitação desempenhou um papel importante no diálogo com os moradores locais, com o Ministério Público e com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado, que, juntos, concordaram em que era possível manter a maioria da população existente, com a aplicação de um conjunto de ações, combinando relações sociais, cultura, meio ambiente e recuperação econômica (FRANÇA; BARDA, 2012, p. 116). Embora houvesse limites, prescritos pelos pressupostos de melhoria ambiental, a dinâmica participativa foi amplamente explorada, de tal maneira que manter as características do tecido urbano e as moradias existentes, além dos desenhos dos equipamentos urbanos, foi conseguido pelo envolvimento público e decisões coletivas (KUBRUSLY, 2012, p. 40).

O projeto consiste na melhoria e preservação ambiental da represa, sem desconsiderar a questão da habitação (URBANIZATION..., 2014). Assim, foram removidas apenas as famílias que estavam em áreas de alta inclinação, com risco de erosão, além daquelas cuja conexão à rede básica de esgoto era inviável e, portanto, oferecia risco para a qualidade da água da represa. Inicialmente, foram planejadas 2.483 habitações a serem removidas, porém, após diálogos com a comunidade e análises apuradas, o número foi reduzido para cerca de 1.650, 17% da população da área (fig. 2) (ALVIM, 2011).

Buscou-se integrar os assentamentos ilegais no tecido formal da cidade, mas admitindo e preservando a identidade física, social e cultural, ao legalizar as posses de habitação, reajustar o sistema viário, a conexão com a rede elétrica, o abastecimento de água e o sistema de esgoto. O reconhecimento da complexidade e das relevantes variáveis sociais e ecológicas levou à criação de leis específicas para a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais, consentindo com a redução da área *non aedificandi* para menos de 50 metros, quando a remoção da população fosse desnecessária. Com o intuito de sustentar o menor número de remoções, foi criado um dispositivo de

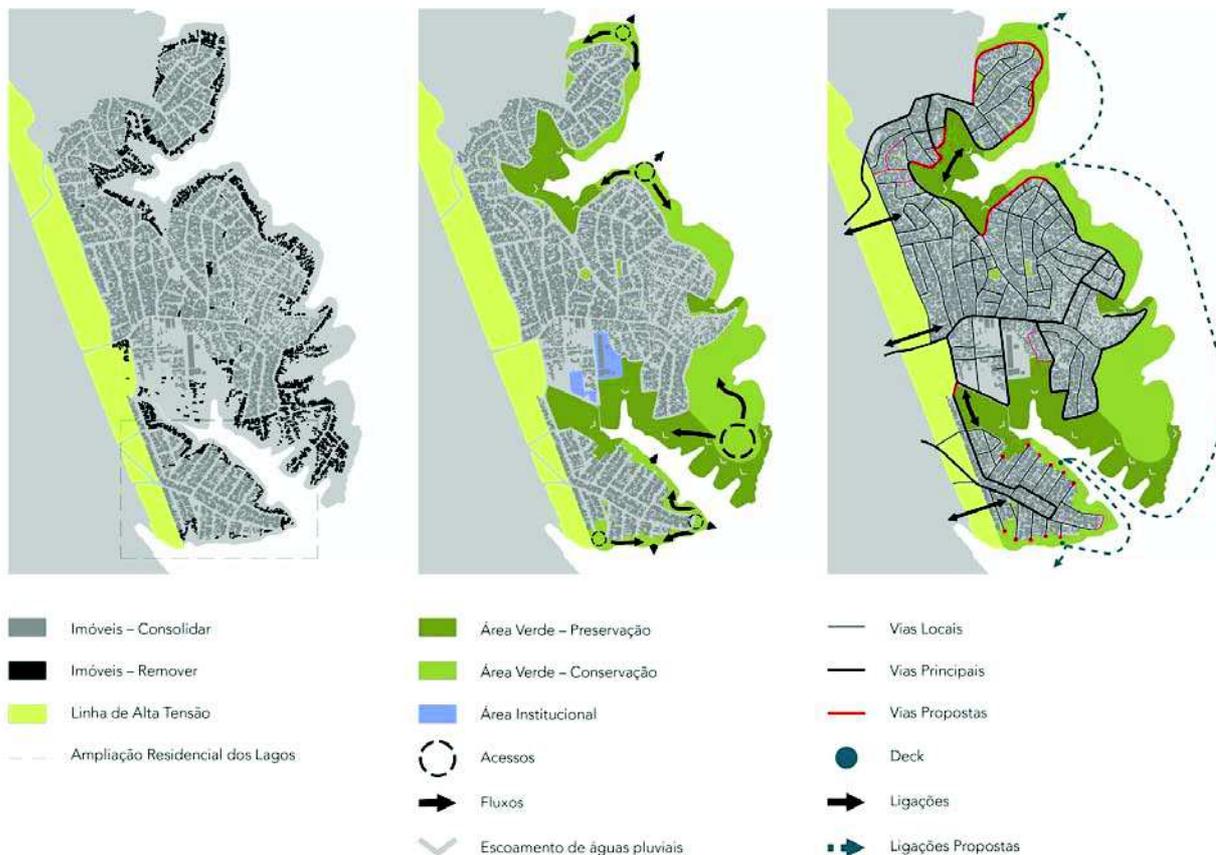


Figura 2: Projeto de Urbanização
 Fonte: FRANÇA, Elisabete; BARDA, Marisa (Org.). *Entre o Céu e a Água: O Cantinho do Céu*. São Paulo: HABI – Superintendência de Habitação Popular, 2012, p. 27.

⁸ Código Florestal (Lei Federal nº 4.771/1965).

⁹ Termo utilizado por Louis Albrechts (2005, p. 248) “to describe those innovative changes that contribute to the more sustainable, qualitative, just and open places”.

¹⁰ “I define creativity as an individual – or preferably social – process that stimulates the ability to view problems, situations and challenges in new and different ways and to invent and develop original, imaginative futures in response to these problems, situations and challenges.” (ALBRECHTS, 2013, p. 249).

compensação ambiental, ou seja, as moradias assentadas em áreas consideradas sem risco foram mantidas, mesmo a uma distância inferior a 50 metros, compensadas por outras áreas obrigatoriamente desocupadas, com intervalo superior a 50 metros, como exigido no Código Florestal⁸ (FRANÇA; BARDA, 2012).

A faixa final resultante, de 250.000 m², equivale à solicitada pela legislação para Áreas de Preservação Permanente, variando de 15 a 100 metros, destinada a um parque linear de 7 km de comprimento, um sistema de espaço público de uso coletivo e uma zona ambiental atenuadora entre o assentamento e a represa (fig. 3) (ALVIM, 2011; URBANIZATION..., 2014; INTRODUCTION..., 2012).

A mudança estrutural⁹ e criatividade¹⁰ originaram-se através de várias escalas urbanas, do contexto metropolitano ao de rua. A lógica de planejamento do “Cantinho do Céu” inverte o processo de abandono dos rios, que se intensificou a partir dos anos 50, na cidade de São Paulo, um processo que ocorreu mesmo no tecido urbano formal e levou ao cenário hidrográfico atual, caracterizado pelo pouco contato com a água. Dada a falta de saneamento e a

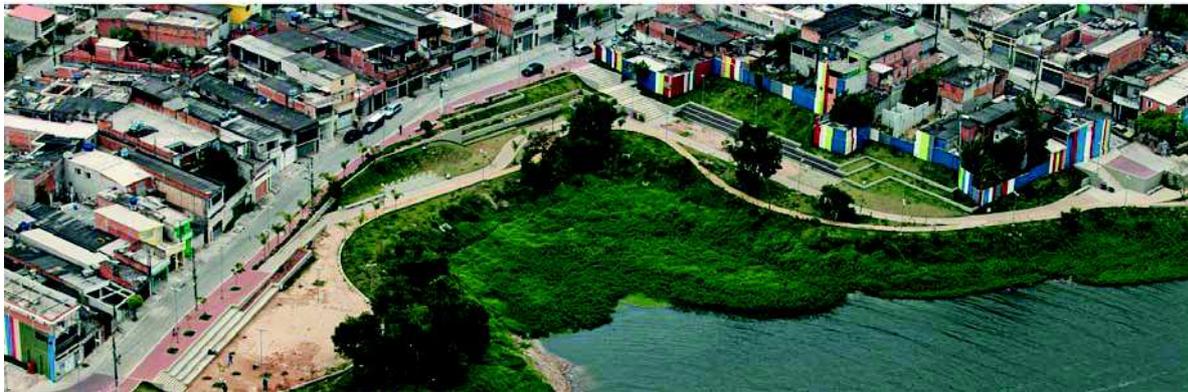
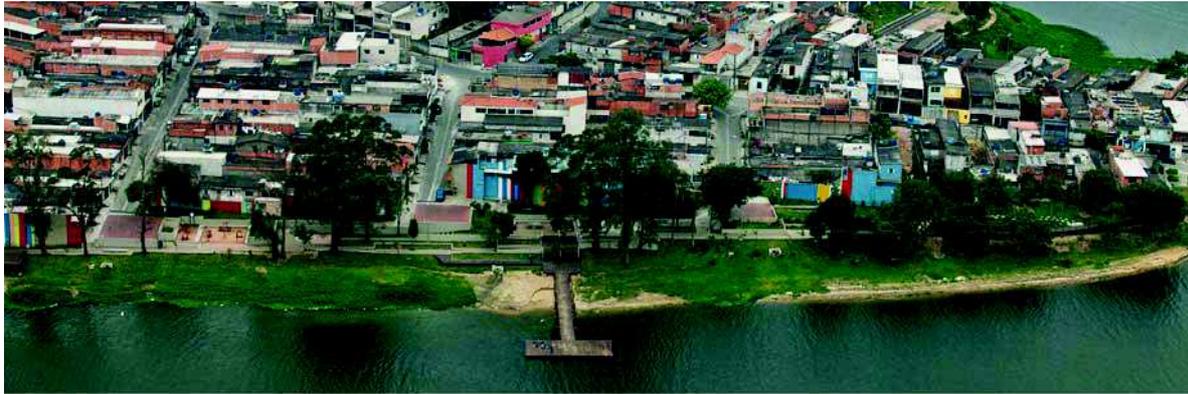
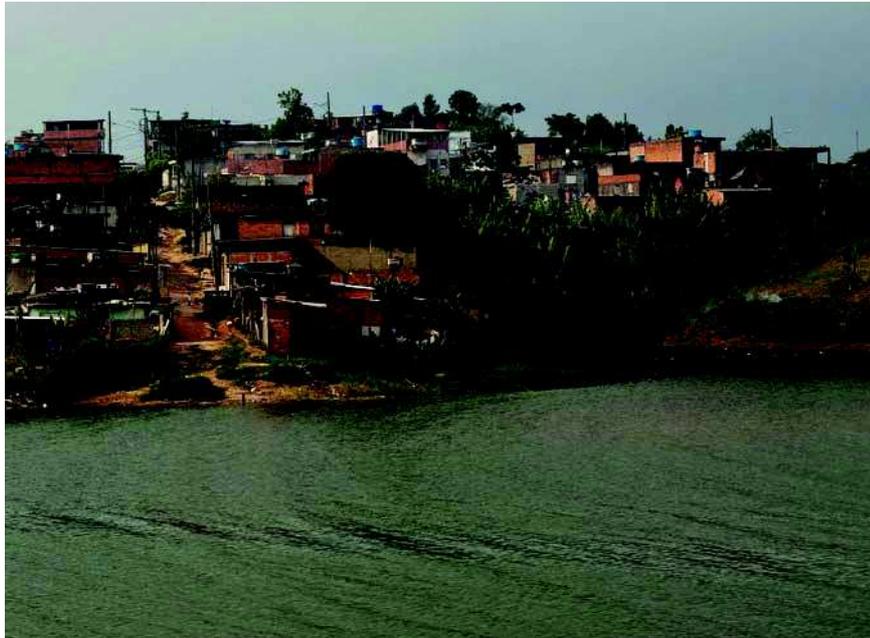


Figura 3: Parque Linear

Fonte: FRANÇA, Elisabete; BARDA, Marisa (Org.). *Entre o Céu e a Água: O Cantinho do Céu*. São Paulo: HABI – Superintendência de Habitação Popular, 2012, p. 104.

Figura 4: Situação anterior ao projeto de urbanização
Fonte: FRANÇA, Elisabete ;
BARDA, Marisa (Org.). *Entre o Céu e a Água: O Cantinho do Céu*. São Paulo: HABI – Superintendência de Habitação Popular, 2012, p 109.



descarga de resíduos na Represa Billings, a morfologia urbana que surgiu na ocupação precária não orientou as construções para a direção da água (fig. 4). Assim, a decisão de manter parte dos edifícios existentes, “[...] o investimento material e social da população moradora [...]” (ALVIM, 2011), também manteve o distanciamento prático e sensível da água.

A perspicácia foi exatamente a inversão desse fundamento: incorporar a água como um elemento estruturante do parque, tecendo uma relação sensível e necessária para a construção do valor de uso, desencadeando identidade subjetiva e coletiva com o espaço (KUBRUSLY, 2012, p. 40; BOLDARINI; CANUTTI, 2013, p. 58-59; URBANIZATION..., 2014). Na escala local, o parque, estabelecido ao longo das margens da Represa Billings, permeia e conecta as áreas de três bairros (Residencial dos Lagos, Cantinho do Céu e Gaivotas) que antes eram isoladas geograficamente (ALVIM, 2011).

As ruas mais largas do bairro tiveram suas características geométricas ajustadas, outras rotas novas foram criadas, para fornecer acesso a áreas anteriormente desconectadas do sistema viário, e as ruas locais, com dimensões mais estreitas, tiveram seu uso mantido – como lugares que combinam circulação de automóvel e de pedestre (ALVIM, 2011). As ruas que tangenciam o parque foram feitas de blocos de concreto intertravados, sinalizando, tátil e visualmente, outra dimensão de apropriação, principalmente para pedestres.

As vias existentes, que eram as linhas de drenagem natural, foram pavimentadas com materiais permeáveis, facilitando a absorção da água antes de chegar à represa; a sarjeta, normalmente limítrofe ao meio-fio da calçada, foi desenhada no centro da rua, com o objetivo de impedir a entrada de água da chuva nas casas; e o projeto de passarelas elevadas de madeira também auxilia a infiltração de água, a correção da inclinação e ajusta-se às árvores existentes, prevenindo suas remoções (PARQUE..., 2012). No parque foram desenhados

equipamentos para lazer e entretenimento, como decks de madeira, terraços panorâmicos, grandes áreas de descanso, campo de futebol, pista de skate, cinema ao ar livre, espaços de estar (fig. 5).

A materialização enfatizada da convivência entre as pessoas e a água ocorre em uma plataforma flutuante (fig. 6), em que os habitantes se aproximam da água, anteriormente despercebida e negligenciada. O projeto também conta com a criatividade do artista plástico Maurício Adinolfi, que tira proveito das empenas cegas das casas voltadas para a represa, para criar um painel colorido que anima o ambiente e serve como um inibidor para a expansão ilegal (FRANÇA; BARDA, 2012, p. 58). Em 2012, a faixa de intervenção



Figura 5: Equipamentos para lazer e entretenimento
Fonte: FRANÇA, Elisabete; BARDA, Marisa (Org.). *Entre o Céu e a Água: O Cantinho do Céu*. São Paulo: HABI – Superintendência de Habitação Popular, 2012, p. 124.

Figura 6: Plataforma flutuante
 Fonte: Diversão São Paulo.
Linear Cantinho do Céu.
 Disponível em: < <http://www.diversaosp.com.br/parquesmunicipaisspsul.html>.



Figura 7: Parque Linear
 Fonte: FRANÇA, Elisabete;
 BARDA, Marisa (Org.). *Entre o Céu e a Água: O Cantinho do Céu.* São Paulo: HABI – Superintendência de Habitação Popular, 2012, p. 124.



destinada ao uso público foi declarada um parque municipal (fig. 7) (BOLDARINI; CANUTTI, 2013, p. 58).

Elementos de simples formatação técnica, no entanto, enfatizam decisões de projeto para esse caso específico. A recente experiência em lidar com tais áreas socioambientalmente sensíveis levou a ações implementadas em setores, a fim de atenuar a incerteza dos habitantes em relação à ação pública, reforçando a capacidade de adaptação das ações e abrindo espaço para ajustes em relação às exigências da comunidade (FRANÇA; BARDA, 2012, p. 119). Neste caso, as perspectivas de longo prazo para um possível futuro foram combinadas com ações de curto prazo, a fim de que a comunidade fosse capaz de confiar na implementação do projeto e para a imediata percepção dos moradores quanto a onde estavam indo parar as decisões tomadas em vários níveis.

CONCLUSÃO

O debate entre os diferentes sujeitos locais e regionais possibilitou a compreensão mútua, permitindo concretizar o visionamento, a fim de melhorar a convivência e a interação socioecológica. Como argumentado por David Harvey “[...] o ‘direito à cidade’ pode ser um significante vazio, mas isso não significa que seja irrelevante [...]”¹¹ (in AALBERS, 2012, p. 18, tradução nossa). O criativo planejamento “Cantinho do Céu” recupera e garante o direito à habitação, pela provisão de infraestrutura básica, mas é, sobretudo, através do sistema de espaços públicos que ocorrem o fortalecimento local, apropriação coletiva e apreciação da cidade como um passo para uma sociedade inclusiva (JUWET, 2013; INTRODUCTION..., 2012, URBANIZATION..., 2014; BOLDARINI; CANUTTI, 2013, p. 58).

Tal inclusão estimula a interação social e a cooperação, a valorização de bens públicos e o cuidado da comunidade com o meio ambiente, ajudando a recuperar e preservar os bens comuns, não só para a população local e para os habitantes da metrópole (visão geográfica e intrageração), mas também para as gerações presentes e futuras (visão temporal e intergeração), dado que a Represa Billings fornece um pouco mais de 10% da água da Região Metropolitana de São Paulo (PARQUE..., 2012, p.69), sendo, portanto, um recurso ambiental e econômico estratégico.

Esta dimensão social traz o caráter de mutabilidade intrínseca de projetos sustentáveis. Neste sentido, não existe um modelo a ser seguido. O programa foi derivado da seleção de componentes culturais retirados da diversidade espacial e temporal, em que cabe, a cada um de nós, cidadãos, exigir o “direito” de decidir e usufruir a cidade e o “dever” de contribuir para isso, sabendo que sustentabilidade não é criada e não é mantida sem participação social.

Apesar de o planejamento criativo ser feito para um lugar específico e dever ser criticamente analisado, seus resultados não são, de modo algum, espacial ou temporalmente limitados. A cooperação e mobilização de atores de topo e base ampliam a escala de resultados, dado que não só as medidas concretas, mas, sobretudo, o aprendizado com os desafios de uma situação específica pode ser transmitido a outros locais (OOSTERLYNCK et al. 2013, p. 3).

O apelo para a cooperação e mobilização de diversos atores visa transformar estruturalmente a instituição social, “[...] em direção à mudança social por meio do aprofundamento e alargamento da participação, o estabelecimento de procedimentos organizacionais mais inclusivos, o desenvolvimento da capacidade de ação coletiva e a mudança fundamental de atitudes e comportamentos humanos [...]”¹² (OOSTERLYNCK et al., 2013, p. 3 apud MOULAERT et al., 2005, tradução nossa).

O “Cantinho do Céu” é, de fato, o que Albretchts (2005) denominou um “Planejamento Criativo”, uma intervenção que permitiu um cenário que deveria existir, mas ainda não existia, um futuro que não é mera continuidade do passado, mas uma descontinuidade das inflexíveis formas burocráticas para resolver problemas. Trata-se de sonhar e prever futuros alternativos possíveis, em busca de uma agenda transformadora, e materializá-la por meio de participação social.

Os atores envolvidos no planejamento reconheceram que não só sua concepção, bem como a implementação e a manutenção são responsabilidades coletivas. O

¹¹ “[...] the ‘right to the city’ may be an empty signifier but that does not mean it is irrelevant [...]” (in AALBERS, 2012, p. 18).

¹² “[...] towards social change through the deepening and broadening of participation, the establishment of more inclusive organizational procedures, the development of the capacity for collective action and the fundamental change of human attitudes and behavior [...]” (OOSTERLYNCK et al., 2013, p. 3 apud MOULAERT et al., 2005).

“Cantinho do Céu” vem sendo reconhecido mundialmente, como um modelo e uma abordagem proativa¹³ (SERVILLO, 2013), em busca de uma cidade melhor qualificada em termos sociais, ambientais e econômicos, por dialogar com diversas áreas de conhecimento, respeitando a preexistência e elaborando um conjunto de políticas e princípios inovadores, tais como a flexibilidade da legislação em vigor, a fim de construir o direito à cidade e um desenvolvimento verdadeiramente sustentável¹⁴, para além da utopia.

REFERÊNCIAS

- AALBERS, Manuel B. (Ed.) *Subprime cities: The political economy of mortgage markets*. Studies in Urban and Social Change. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012. 360p.
- ALBRECHTS, Louis. Creativity as a driver for change. *Planning Theory Journal*, v. 4, p. 247-269, 2005. Disponível em: <http://plt.sagepub.com/content/4/3/247>. Acessado em: 15 jan. 2015. DOI: 10.1177/1473095205058496.
- ALVIM, Angélica Benatti. Direito à cidade e ao ambiente na metrópole contemporânea o projeto “Cantinho do Céu” na represa Billings. *Arquitextos*, n. 135. São Paulo: Portal Vitruvius, julho 2011. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/12.135/4015>. Acessado em: 08 jan. 2015.
- BOLDARINI, Marcos; CANUTTI, Rita Cassia. Conversas urbanas: São Paulo e as águas – o caso do Cantinho do Céu. *Revista aU*. São Paulo: Pini Editorial, n.227, p. 56-59, fev. 2013.
- BORÉN, Thomas; YOUNG, Craig. Getting creative with the ‘Creative City’? Towards new perspectives on creativity in urban policy. *International journal of urban and regional research*, v. 37, 5 set. 2013.
- BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. *Local and global: management of cities in the information age*. London: Earthscan, 1997.
- COOKE, Philip; BOEKHOLT, Patries; TODTLING, Franz. *The governance of innovation in Europe*. London: Pinter, 2000.
- FRANÇA, Elisabete ; BARDA, Marisa (Org.). *Entre o céu e a água: O Cantinho do Céu*. São Paulo: HABI – Superintendência de Habitação Popular, 2012. 223p.
- HEALEY, Patsy. Creativity and urban governance. *Policy Studies*, v. 25, n.2, p. 87-102. 2004 Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Patsy_Healey/publication/239487560_Creativity_and_urban_governance/links/550862990cf2d7a28128ec07.pdf>. Acessado em: 09 jul 2016. DOI: 10.1080/0144287042000262189.
- HEALEY, Patsy. On the social nature of planning. *Planning Theory & Practice*, v.8, n. 2, p.133-136, 2007. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14649350701324342>. Acessado em: 10 jul 2016. DOI: 10.1080/14649350701324342.
- INTRODUCTION of sewerage systems into the informal city. *a+t architecture publishers. Reclaim Remediate Reuse Recycle*. Vitoria-Gasteiz: a+t architecture publishers, n. 39-40, p. 84-87, 2012.
- JUWET, Griet. Inclusive public space: conditions for a strategic spatial planning process, chapter 2.3. In: MOULAERT, Frank et al. *Handbook Strategie Spatial Planning For Sustainable Development*. Strategic Spatial Planning Course, Mahs-Mausp-Leuven, Leuven, 2013.
- KUBRUSLY, Violêta. Cantinho do Céu calling Medellín: back to the water. *Domus*, Milão: Domus Editorial, n. 963, p. 40, nov. 2012.
- LANDRY, Charles; BIANCHINI, Franco. *The creative city*. London: Demos, 1995.
- LANDRY, Charles. *The creative city: a toolkit for urban innovators*. London: Earthscan, 2000.
- MEYER, Regina Maria Proserpi; GROSTEIN, Marta Dora Grostein; BIDERMAN, Ciro. *São Paulo metrópole*. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo / Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. 290p.
- MICHALKO, Michael. *Cracking creativity*. Berkeley: Ten Speed Press, 2001.
- MINA, Michail. Equity and social cohesion : social sustainability and social innovation, chapter 1.1. In: MOULAERT, Frank et al. *Handbook Strategie Spatial Planning For Sustainable Development*. Strategic Spatial Planning Course, Mahs-Mausp-Leuven, Leuven, 2013.

¹³ “[...] proactive approach (need of flexibility, involvement of several actors, no deterministic scenarios, definition of strategy toward a specific and shared goal – discourses in sustainability). Procedural and experimental character as structural aspects.” (SERVILLO, 2013).

¹⁴ “Development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations to meet their own needs.” (WCED, 1987)

MOULAERT, Frank; MARTINELLI, Flavia; SWYNGEDOUW, Erik; GONZALEZ, Sara. Towards alternative model(s) of local in-novation. *Urban Studies*, v. 42, n. 11, p.1969-1990, 2005. Disponível em: <http://usj.sagepub.com/cgi/doi/10.1080/00420980500279893>

OOSTERLYNCK, Stijn et al. *The butterfly and the elephant: local social innovation, the welfare state and new poverty dynamics*, ImPRovE Discussion Paper n. 13/03. Antwerp: Herman Deleeck Centre for Social Policy – University of Antwerp, 2013. Disponível em: http://improve-research.eu/?page_id=37. Acessado em: 10 jan. 2015.

PARQUE Cantinho do Céu (2008/__). *Monolito*, São Paulo: Monolito Editorial, n. 07, p. 66-79, março 2012.

PARRA, Constanza. Social sustainability: a competing concept to social innovation?. In:

MOULAERT, Frank et al. *The international Handbook on Social Innovation: Collective Action, Social Learning and Transdisciplinary Research*, 2013, p. 142-154.

POLLI, Simone Aparecida. *Moradia e meio ambiente: os conflitos pela apropriação do território nas áreas de mananciais em São Paulo*. 2010, 332 p. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

SERVILLO, Loris Antonio. Lecture 3a: How to structure a strategic plan? Methods of strategic spatial planning, In: STRATEGIC SPATIAL PLANNING COURSE, MAHS-MAUSP-LEUVEN, Leuven, 2013.

SORENSEN, Eva; TORFING, David. Collaborative innovation in the public sector: an analytical framework. *Working Paper Series: Studies in Collaborative Innovation*, 2010.

SWYNGEDOUW, Erik. Urban socio-ecological equality? Urban environmental justice or political-ecology? In: GUEST LECTURE URBAN POLITICAL ECOLOGY BY ERIK SWYNGEDOUW, Leuven, 2013.

URBANIZATION of the Cantinho do Céu Complex, São Paulo, 2008-11. *Lotus Magazine. Commons*. Milan: Lotus Editorial, n. 153, p.58-63, ago. 2014.

WORPOLE, Ken; GREENHAULGH, Liz. *The richness of cities*. London: Comedia/ Demos, 1999.

Nota da Autora

Este artigo contempla parte da monografia intitulada “Cantinho do Céu – São Paulo, Brazil: Translating planning theory into planning practice”, de minha autoria, realizada para a disciplina “Strategic Spatial Planning”, ministrada pelos professores Frank Moulaert e Loris Servillo na Katholieke Universiteit Leuven (KU Leuven).

Nota do Editor

Data de submissão: 25/02/2016

Aprovação: 09/08/2016

Revisão: Izolina Rosa e Márcia Choueri (Espanhol)

Tatiane Oliveira Teles

Graduação pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

CV: <http://lattes.cnpq.br/1021089634723394>

tatiroteles@gmail.com